

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

André Luís Lucero Crespani

A HISTÓRIA IMPEDIDA:

A Falsificação da Fonte Histórica em “1984” de George Orwell

Porto Alegre

2016

André Luís Lucero Crespani

A HISTÓRIA IMPEDIDA:

A Falsificação da Fonte Histórica em “1984” de George Orwell

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Temístocles Américo Corrêa Cezar

Porto Alegre

2016

AGRADECIMENTOS

Inicio agradecendo ao professor Temístocles Cezar, não somente por este trabalho, mas, sobretudo, pela inspiração que me forneceu ao longo do curso, suas aulas de teoria que me mostraram um lado do estudo da História que eu desconhecia – e acabou se tornando meu principal interesse na área – e em especial neste momento, pela confiança e compreensão em me orientar no Trabalho de Conclusão mesmo com as complicações da distância, dos problemas de saúde na família e da minha troca de profissão.

Obrigado também à minha esposa pelo amor, amizade e incentivo em todos os momentos, sem ela possivelmente esta pesquisa nunca teria se tornado mais do que uma ideia. Agradeço ainda a Jeová Deus por meu cérebro, que me permite aprender, e à minha mãe por sempre, dentro das suas possibilidades e com todas as dificuldades, ter me permitido estudar.

RESUMO

O presente trabalho ocupa-se de investigar como a falsificação das fontes históricas por um governo totalitário resulta na impossibilidade da própria História. Toma por objeto o romance “1984”, de George Orwell, no qual o autor imagina uma realidade onde o líder, representado pela icônica figura do Grande Irmão, tem controle absoluto sobre as duas principais matrizes da História, quais sejam, a memória e os registros (não resumidos à escrita, mas abrangendo variados tipos, das pinturas a arquivos de áudio e vídeo). Procede-se, ao longo da pesquisa, o cotejo do modelo sócio-político imaginado na obra com as manifestações de totalitarismo do século XX, também sua inserção em termos de regime de historicidade. A proposta principal, contudo, orbita em torno da adulteração feita nas fontes mencionadas, analisando como o processo é realizado na ficção, sobretudo pela atividade do Ministério da Verdade e pelo método do *duplipensar*, bem como as consequências da falsificação para a narrativa histórica.

Palavras-chave: Fonte histórica. Totalitarismo. Memória. História. George Orwell.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	5
1	APRESENTANDO O ROMANCE	8
2	A OBRA E O TEMPO DA OBRA	11
2.1	CARACTERÍSTICAS TOTALITÁRIAS GERAIS NA OCEANIA	11
2.2	TERROR, INSEGURANÇA E OBEDIÊNCIA	13
2.2.1	O isolamento e a solidão	15
2.2.2	O <i>Panóptico</i> e a vigilância	17
2.3	A IDEOLOGIA	20
2.3.1	Ideologia e <i>duplipensar</i>	21
2.4	O REGIME DE HISTORICIDADE DE “1984”	23
2.4.1	Poder, liberdade e escravidão	24
3	A FALSIFICAÇÃO DA FONTE HISTÓRICA EM “1984”	26
3.1	O MINISTÉRIO DA VERDADE E A ADULTERAÇÃO DOS REGISTROS	27
3.1.1	Ficção e narrativa na escrita histórica	28
3.1.2	A subjetividade do documento-monumento	31
3.2	<i>NOVILÍNGUA</i> E AS TRADUÇÕES IMPOSSÍVEIS	33
3.2.1	Primeira tradução impossível	34
3.2.2	Segunda tradução impossível	35
3.2.3	Terceira tradução impossível	37
3.3	<i>DUPLIPENSAR</i> E A MEMÓRIA COMO FONTE HISTÓRICA	38
3.3.1	O testemunho e a memória individual	41
3.3.2	Memória coletiva e relações de poder	43
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
	REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

Nem sempre é fácil identificar com precisão o momento no qual uma ideia surge. Ideias geralmente navegam livres pelas águas turvas e misteriosas da mente até encontrarem um porto para atracar, sem marcar lugar ou dar aviso. Não é o caso desta pesquisa. Desde a primeira vez que efetuei¹ a leitura de “1984”, de George Orwell, instigou-me uma conversa entre o protagonista (Winston Smith) e seu torturador (O’Brien) a respeito da existência objetiva do passado, sendo o segundo o autor das perguntas:

- [...] O passado existe concretamente, no espaço? Existe em alguma parte um mundo de objetos sólidos, onde o passado ainda acontece?
- Não.
- Então onde é que existe o passado, se é que existe?
- Nos registros. Está escrito.
- Nos registros. E em que mais?
- Na memória. Na memória dos homens. (ORWELL, 1984, p. 230).

Nada sabia eu, na época, acerca das implicações metafísicas desse diálogo – em realidade, ainda pouco sei. A questão da objetividade do passado em “1984” expande-se, de fato, para a existência como um todo. No entendimento do Partido (entidade representante do governo na ficção criada por Orwell) tudo que existe só existe “pela via da consciência humana” (ORWELL, 1984, p. 246). Logo, como o governo controla as mentes dos seus súditos, controla a própria matéria. “Tudo que acontece, acontece na cabeça. E o que acontece em todas as mentes, de fato acontece” (op. cit., p. 258), sentencia O’Brien. A consequência é imediata. Bastaria a um membro do Partido pensar que flutua e, conjuntamente, induzir seus correligionários a pensarem da mesma forma, para estar de fato flutuando.

Entretanto, os anos no curso de História e as leituras sobre historiografia afastaram-me da metafísica e guiaram minha percepção do texto *orwelliano* para outro enfoque, o da falsificação da fonte histórica. Na sequência do mesmo inquérito entre Smith e seu algoz, este afirma que eles – o Partido – controlam todos os registros e todas as memórias. Logo, conclui

¹ Por incentivo do professor orientador deste estudo, arrisco-me a utilizar a primeira pessoa no texto. Inspirado em Paul Ricoeur, não estabeleci regra fixa, mas pretendo usar o “eu” quando assumo um argumento e ‘nós’ quando espero arrastar comigo o meu leitor” (2007, p. 19).

com uma pergunta retórica: “controlamos o passado, não é verdade?” (ORWELL, 1984, p. 231).

O’Brien, entendo, faz uma não tão pequena confusão – a qual desde já deve ser evitada – entre o passado em si e a História. Embora as duas se conversem, na medida em que só podemos saber do passado aquilo que chegou até nós na forma de alguma fonte, existe um limite entre o que de fato aconteceu (o passado) e aquilo que é dito sobre o ocorrido (o relato histórico). Paul Veyne ressalta, por exemplo, que o leitor dotado de espírito crítico perceberá que um livro sobre o Império Romano nada mais é do que aquilo que “ainda podemos saber sobre esse império” (1971, p. 28) com base nos registros que se preservaram. Sendo assim, o que o Partido controla, a despeito do que creem seus membros, parece mais ser o conhecimento histórico do que o passado propriamente dito.

Trata-se, todavia, de uma profunda reflexão filosófica para a qual, como já se pode imaginar, não me julgo apto. Limitando-nos à nossa área de estudo já iremos nos deparar com questões bastante complicadas – a serem abordadas no momento oportuno – acerca do recorte, seleção, interpretação e tantas outras subjetividades que envolvem as fontes históricas, não apenas no seu manuseio pelo historiador, mas desde sua criação ou preservação (intencional ou não). Veyne (1971) chega a perceber que mesmo a importância dada a um fato é muitas vezes diretamente proporcional à abundância ou carência de fontes disponíveis para sua reconstituição.

Em “1984” a *Ingsoc*² é a ideologia oficial, cujo dogma central é a mutabilidade do passado. Baseia-se naquela crença de que o passado não tem existência objetiva, ele é somente “o que dizem os registros e as memórias” (ORWELL, 1984, p. 199). Logo, se o governo controla ambos, “o passado é o que o Partido deseja que seja” (op. cit.). A dominação dá-se em dois níveis: no dos registros físicos – que podem ser de todo tipo, escritos, pinturas, audiovisuais – é realizada a constante adulteração de materiais pelo chamado Ministério da Verdade (sendo que a “verdade” se restringe somente ao nome da instituição); no nível das memórias, uma técnica mental complexa chamada *duplipensar* permite o controle dos processos de lembrança e esquecimento, além da falsificação das recordações.

² Palavra criada em *Novilíngua*, o idioma inventado pelo Partido, assunto que será abordado com profundidade no capítulo três.

É justamente nesse ponto que se materializa o centro do presente estudo, a saber, o impedimento do conhecimento histórico empreendido pelo Partido no universo de “1984”. A questão sobre a existência objetiva do passado não será minha preocupação, interessa sim analisar como a produção da História se torna gradualmente impossível no mundo de Winston Smith à medida que os registros e as memórias são eliminados, não havendo vestígios que permitam, do ponto de vista do futuro, acessar o que se passou.

Investigar os métodos utilizados para falsificar a fonte histórica nos dois níveis descritos é meu propósito, o que será feito no capítulo três, começando com os materiais tangíveis (inclua-se, aqui, áudio e vídeo), e as memórias na sequência. Antes, iniciarei a missão com uma breve contextualização, realizada em duas etapas. Primeiramente, um minicapítulo fará a articulação de aspectos da vida pessoal do autor com a criação do romance, e apresentará elementos importantes da estória, ainda oferecendo uma sinopse da mesma. Em seguida, no capítulo dois, mergulharemos na comparação entre o sistema sociopolítico de “1984” e os estados totalitários do século XX, bem como examinaremos o regime de historicidade que rege a comunidade imaginada por George Orwell.

1 APRESENTANDO O ROMANCE

Eric Arthur Blair nasceu em 25 de junho de 1903 na Inglaterra. Ficou famoso sob o pseudônimo “George Orwell”, com o qual publicou romances hoje considerados clássicos, tais quais *Animal Farm* (1945) e *Nineteen Eighty-Four* (1949). Em sua vida pessoal, foi viúvo, pai solteiro e enfrentou a tuberculose, doença para a qual não havia, então, tratamento. Na busca da cura, submeteu-se a uma droga experimental que lhe provocava terríveis efeitos colaterais. Morreu vítima da enfermidade, aos 46 anos, em 21 de janeiro de 1950.

O autor testemunhou algumas das grandes passagens históricas da primeira metade do século XX. Envolveu-se na Guerra Civil Espanhola no final dos anos 1930, vivenciou as duas Grandes Guerras Mundiais e acompanhou os desdobramentos da Revolução Russa de 1917. A decepção do escritor com os acontecimentos de sua época é perceptível em sua obra. Além disso, Orwell fora jornalista – o que talvez explique, ao menos em parte, seu ceticismo com a imprensa.

O romance que nos será objeto – cujo nome no Brasil é conhecido pela forma numeral que já venho utilizando, “1984” – projeta um futuro distópico que reverbera a angústia de seu criador. Fala sobre os perigos de um estado totalitário plenamente consolidado, em uma dimensão que seria impossível – ou, ao menos, assim queremos crer – na realidade. É interessante reparar que o título trata-se de uma inversão do ano no qual fora concluído. Embora publicado apenas em 8 de junho 1949, o texto já estava finalizado no final de 1948 (e 48 é inverso de 84). Aparente curiosidade trivial, o jogo de dígitos também representa um alerta de que o assustador amanhã imaginado não estava muito distante.

Traduzido para mais de 65 idiomas, “1984” tinha como título alternativo “O Último Homem na Europa”, o qual se compreende pela sua leitura. Em dado momento, em uma sequência de tortura, questiona-se o protagonista sobre ele acreditar ser o guardião do espírito humano, o último dos homens. Ao receber resposta afirmativa, o executor do castigo faz com que a vítima veja a si mesma no espelho, sua figura decrépita refletida como analogia da própria decadência da humanidade.

Orwell anteviu a divisão mundial em grandes blocos, ocorrida com a polarização entre Estados Unidos e União Soviética durante a Guerra Fria; só errou no número de atores. Em “1984” o mundo é repartido entre três potências, a Eurásia, a Lestásia e a Oceania:

As fronteiras entre os três superestados são arbitrárias nalguns pontos, e noutros flutuam segundo as fortunas da guerra, mas de modo geral obedecem linhas geográficas. A Eurásia compreende toda a parte setentrional dos continentes europeu e asiático, de Portugal ao estreito de Bering. A Oceania compreende as Américas, as ilhas do Atlântico, inclusive as Britânicas, a Australásia e a parte meridional da África. A Lestásia, menor que as outras, e de fronteiras ocidentais menos definidas, compreende a China e os países ao sul da China, as Ilhas do Japão e uma grande porém cambiante porção da Mandchúria, da Mongólia e do Tibé. (ORWELL, 1984, p. 174).

Em diferentes arranjos, os três estados estão em guerra continuamente. Uma das características mais marcantes do livro é que, embora o aliado de hoje possa ser o inimigo de amanhã, os seguidores do Partido devem encarar o adversário como o mal absoluto, logo, nunca se pode admitir a mudança nos antagonistas. Sendo assim, é preciso constantemente adulterar a percepção da realidade – mas ainda é cedo para falar sobre isso, o tema está reservado para os capítulos vindouros.

A Oceania é o palco da trama. Sua sociedade divide-se em três classes, todas enfrentando uma vida de privações, ainda que com pequenas vantagens umas em relação às outras. São elas: Partido Interno, cujos integrantes têm alguns luxos, como melhores apartamentos, café de boa qualidade, criados e transporte particular; Partido Externo, nível do personagem principal, onde os membros funcionam como executores de boa parte das tarefas que permitem o funcionamento da engrenagem estatal, mas desconhecem os verdadeiros mecanismos que a governam; e os proles, representando 85% da população, os quais não fazem parte do Partido e tampouco seguem suas regras rígidas, sendo apenas episodicamente instigados a um sentimento de patriotismo “sempre que fosse necessário levá-los a aceitar rações menores ou maior expediente de trabalho” (ORWELL, 1984, p. 71). Acima de todos eleva-se a figura do Grande Irmão, líder infalível e inquestionável cuja própria existência física é motivo de dúvida.

É importante, de imediato, que alguns personagens centrais tornem-se nossos conhecidos. Concedo especial atenção para estes três: Winston Smith, o protagonista, nosso

guia no universo de “1984”, sendo que é sob seu ponto de vista que se revelam as características da política e da sociedade oceânicas – algo que, eventualmente, pode resultar em dúvida quanto à precisão do conhecimento obtido; Júlia, namorada de Smith, mais nova e rebelde do que o companheiro – embora a subversão da garota manifeste-se somente nas liberdades sexuais e comportamentais, não em termos políticos; e, por fim, O’Brien, o qual se finge de amigo, mas vem a se revelar o próprio torturador.

Em uma muito breve síntese do enredo, Winston é um questionador do sistema (conquanto não manifeste isso externamente) que inicia secretamente um diário pessoal – algo passível de punição com a morte. Conhece Júlia, por quem inicialmente nutre ódio, mas acabam se tornando amantes – outra transgressão fatal na Oceania. Ludibriados por O’Brien, aproximam-se de uma suposta insurgência contra o Grande Irmão. Mais tarde é revelado que tudo – diário e namoro – era sabido pelo serviço de vigilância do governo, que arma uma cilada e prende o casal. Torturado pessoalmente por aquele que acreditava seu aliado, Smith trai suas convicções, trai o amor por Júlia e termina completamente dócil e entregue à ideologia do Partido.

2 A OBRA E O TEMPO DA OBRA

Ainda que nosso objeto de exame seja um exemplar de ficção literária, o desejo aqui é realizar um trabalho que venha a contribuir com os estudos no âmbito da História. Para tanto, é importante relacionar as particularidades do romance com as análises desse campo do saber. Empreenderei, neste capítulo, o mapeamento do contexto do mundo de “1984” pela perspectiva do conhecimento histórico.

Não deve haver confusão entre o feito no capítulo anterior e a proposta agora. Antes, o que observamos foi a inserção do livro de George Orwell dentro do cenário internacional no qual fora produzido. Já nesta etapa pretendo adentrar o imaginário do texto e explorar sua conjuntura internamente, ansiando entender não o quadro no qual se posiciona a publicação, mas sim onde se localiza a sociedade fictícia da Oceania – a qual tem seu próprio tempo, certamente influenciado, porém não idêntico ao tempo da obra.

Busco a seguir identificar os regimes que vigoram na Oceania, tanto em termos de governo quanto de historicidade. Iniciemos pela primeira matéria.

2.1 CARACTERÍSTICAS TOTALITÁRIAS GERAIS NA OCEANIA

Entendo que seria proibitivo falar do contexto de “1984” sem comentar os estudos de Hannah Arendt (1989) acerca dos regimes totalitários. Trata-se, de acordo com a autora, de uma forma peculiar de governabilidade, sendo que a História conta, até os dias atuais, somente com duas amostras autênticas: a ditadura bolchevista, a partir de 1930, na União Soviética de Stalin, e o nacional-socialismo da Alemanha nazista de Hitler, a partir de 1938. Uma série de características ocorrendo de forma coincidente difere esse tipo singular de outros similares (como despotismo, tirania ou ditadura).

Observando as semelhanças do totalitarismo em Arendt com a ficção criada por George Orwell podemos concluir que é em um regime do tipo que vive a população da Oceania, sendo que, caso sua existência fosse real, seria possivelmente a mais perfeita manifestação desse modelo. Podem-se citar diversas propriedades do regime totalitário que são também encontradas no universo ficcional de “1984”. Início por uma das mais evidentes: o culto a um líder infalível. Arendt fala do Líder (assim mesmo, com letra maiúscula) como a

figura central do movimento, o “motor que o aciona” (ARENDDT, 1989, p. 423). Ele é pessoalmente responsável por todos os atos e proezas, incapaz de errar e insubstituível. Notemos a semelhança com a descrição do Grande Irmão, divulgado pelo Partido (não se sabe se é verdade) como seu chefe e guardião desde o início da revolução:

No alto da pirâmide está o Grande Irmão. O Grande Irmão é infalível e onipotente. Cada sucesso, realização, vitória, descobrimento científico, toda sabedoria, sapiência, virtude, felicidade, são atribuídos diretamente à sua liderança e inspiração. Ninguém nunca viu o Grande Irmão. É uma cara nos tapumes, uma voz das teletelas. Podemos ter razoável certeza de que nunca morrerá, e já existe considerável incerteza da data em que nasceu. O Grande Irmão é a forma em que o Partido resolveu se apresentar ao mundo. Sua função é a de ponte focal para o amor, medo, reverência, emoções que podem mais facilmente ser sentidas em relação a um indivíduo do que a uma organização. (ORWELL, 1984, p. 194).

Outro traço do totalitarismo citado por Arendt (1989) é a criação de instituições políticas inteiramente novas. Na Oceania de George Orwell, a organização do governo fora substituída por apenas quatro Ministérios, cujas pastas, propositalmente, contradizem seus nomes. No Ministério da Verdade (*Miniver*), além do entretenimento, são feitas as falsificações e adulterações das notícias; no Ministério do Amor (*Miniamo*) é praticada a tortura; o Ministério da Fartura (*Minifarto*) trata da escassez e da fome; e o Ministério da Paz (*Minipaz*) ocupa-se da guerra.

Com relação à política exterior dos regimes totalitários que se formaram até hoje, a autora afirma que visava abertamente ao domínio mundial. Em “1984” ocorre o mesmo, embora haja o intrigante detalhe de que, apesar de publicamente a intenção do Partido também ser derrotar o inimigo exterior e dominar o planeta, na realidade a guerra tem outro propósito, qual seja, o de consumir a produção industrial sem elevar o padrão de vida geral.

Isso fica evidente nos escritos do livro proibido supostamente redigido por Emmanuel Goldstein, personificação máxima dos inimigos do Grande Irmão, que chega às mãos de Winston por intermédio de seu falso camarada O’Brien. Aliás, o conteúdo desse impresso nos ajudará, ao longo desta contextualização, a desvendar o sentido de cada uma das três frases aparentemente incoerentes que compõem o lema do Partido: Guerra é Paz; Liberdade é Escravidão; Ignorância é Força.

Começando pela primeira sentença – Guerra é Paz – a explicação oferecida no “livro” torna o aparente paradoxo perfeitamente compreensível. É o conflito constante que dá fim ao excedente, evitando que a riqueza tenha de ser distribuída, mantendo assim intacta a estrutura da sociedade. Ainda justifica a escassez, reforça a importância dos pequenos privilégios concedidos aos membros do Partido Interno e “a consciência de estar em guerra, e portanto em perigo, faz parecer natural a entrega de todo poder a uma pequena casta” (ORWELL, 1984, p. 180). Logo, é o permanente estado de ameaça que preserva o *status quo*, evitando questionamentos e rebeliões. A guerra é a chave da paz interna da Oceania.

A guerra contínua ainda contribui para criar uma atmosfera geral de medo, essencial ao totalitarismo. De fato, Arendt sintetiza o regime totalitário como “uma forma de governo cuja essência é o terror e cujo princípio de ação é a lógica do pensamento ideológico” (1989, p. 526). Terror e ideologia são, portanto, as bases do totalitarismo. Enquanto o primeiro destrói as relações humanas, a segunda ataca a percepção do real. O triunfo ocorre quando:

[...] as pessoas perdem o contato com os seus semelhantes e com a realidade que as rodeia; pois, juntamente com esses contatos, os homens perdem a capacidade de sentir e de pensar. O súdito ideal do governo totalitário não é o nazista convicto nem o comunista convicto, mas aquele para quem já não existe a diferença entre o fato e a ficção (isto é, a realidade da experiência) e a diferença entre o verdadeiro e o falso (isto é, os critérios do pensamento). (op. cit.).

É explícita a semelhança entre os modelos perfeitos de seguidores aspirados pelos sistemas descritos por Arendt e o que o Partido de “1984” chama de ortodoxia política, a qual envolve tanto o isolamento das relações interpessoais quanto uma completa deturpação no discernimento.

2.2 TERROR, INSEGURANÇA E OBEDIÊNCIA

O terror, um dos pilares do regime totalitário, expresso na forma do medo, mantém – combinado com a ideologia – a situação conforme o desejo dos governantes. Desempenha papel fundamental nesse assunto o padrão totalitário de transferir o centro do poder do exército para a polícia, sendo a polícia secreta o “verdadeiro ramo executivo do governo” (ARENDR, 1989, p. 480). Cabe à polícia a aplicação prática do medo sobre a população,

fazendo com que o temor deixe de ser somente da guerra, do inimigo estrangeiro, e abarque também o receio quanto à ameaça interna de repreensão. A ideia é utilizar a instabilidade para reforçar a obediência, criando um ambiente de total insegurança no qual nem mesmo a absoluta fidelidade à ideologia dominante é garantia de estar a salvo das punições.

A desconfiança não necessita de ações ou motivações, simplesmente pela capacidade de pensar os seres humanos já se tornam suspeitos, “e essa suspeita não pode ser evitada pela conduta exemplar, pois a capacidade humana de pensar é também a capacidade de mudar de ideia” (ARENDDT, 1989, p. 481). É grandemente significativo aqui o fato de a polícia secreta de “1984” chamar-se justamente “Polícia do Pensamento”. Consiste no órgão mais assustador dentre todos pela ameaça, inerente ao próprio nome, de vigiar até mesmo os pensamentos do indivíduo. Há inclusive um termo em *Novilíngua* para designar aquele que desliza e permite que lhe surja na mente uma ideia que não compactue com a ortodoxia política: *ideocriminoso*, ou seja, aquele que pratica a chamada *crimidéia*.

Arendt pondera que nas condições totalitárias o crime baseia-se não na ocorrência do fato, mas na sua potencialidade, como se o possível contraventor fosse portador de tendências, tal qual o “portador de uma doença” (1989, p. 96). Quem determina o que são essas inclinações, logicamente, é a polícia, logo, qualquer um pode se tornar, subitamente, um virtual traidor. Mais uma vez comparemos com o universo *orwelliano*:

Na Oceania não existe lei. Pensamentos e atos que, descobertos, resultariam em morte certa, não são formalmente proibidos, e os intermináveis expurgos, prisões, torturas, detenções e vaporizações não são infligidos como castigo por crimes realmente cometidos, mas são apenas a liquidação de pessoas que poderiam talvez cometer um crime no futuro. O membro do Partido não só deve ter as opiniões certas, como os instintos certos. Muitas das crenças e atitudes dele exigidas não são nunca declaradas abertamente [...] (ORWELL, 1984, p. 197).

Devemos notar que, se os membros do Partido devem ter os “instintos certos”, o seguidor de Hitler tinha também “de desenvolver uma espécie de sexto sentido para saber, a cada momento, a quem devia obedecer e a quem devia ignorar” (ARENDDT, 1989, p. 449), sendo que as ordens geralmente eram intencionalmente vagas, esperando-se que o receptor percebesse a vontade do comandante e agisse de acordo. Criar uma sociedade sem leis expressas é importante para sustentar um sistema no qual o castigo não tem correspondência

imediate com a transgressão³. Não havendo legislação registrada, qualquer coisa pode ser considerada legal ou não.

Outra ferramenta para a proliferação do clima de terror é a realização de execuções públicas. Tanto na ficção quanto na História os regimes totalitários operaram purgas de inimigos políticos. O “Grande Expurgo” praticado por Stalin nos anos 1930 deve ter servido de inspiração para o que Orwell chama de “grandes expurgos” no seu texto. Eram espetáculos especiais ocorridos a cada dois anos “envolvendo milhares de pessoas, com julgamentos públicos de traidores e ideocriminosos” (ORWELL, 1984, p. 45). Também o enforcamento de prisioneiros de guerra era realizado na praça, abertamente, “uma vez por mês e era um grande espetáculo popular. As crianças sempre exigiam que as levassem” (op. cit., p. 26). Ambos os casos – inimigos internos ou externos – embora sirvam também para divertir a massa, são, sobretudo, modos de ameaça, reforçando o perigo de se tornar adversário do Grande Irmão.

2.2.1 O isolamento e a solidão

Como um dos frutos do terror e do medo Arendt (1989) identifica o extremo isolamento dos indivíduos em um sistema totalitário. Esse isolamento vem, dentre outras, na forma da total ausência de contato com qualquer elemento estrangeiro. Isso é fundamental para manter a ignorância acerca da condição em outros locais. No caso de “1984”, Orwell escreve que se ao povo “fosse permitido o contacto com os forasteiros, descobriria que são criaturas semelhantes e que é mentira a maior parte do que ouviu a respeito deles” (1984, p. 184), evaporando-se o medo e o ódio:

[...] as condições de vida, nos três superestados, são mais ou menos as mesmas. Na Oceania, a filosofia dominante é chamada Ingsoc, na Eurásia é chamada Neobolchevismo, e na Lestásia é conhecida por uma palavra chinesa em geral traduzida por Adoração da Morte, mas que se poderia melhor chamar Obliteração do Ego. O cidadão da Oceania não pode saber coisa alguma a respeito dos fundamentos das outras duas filosofias, aprendendo porém a execrá-las como bárbaros ultrajes à moralidade e ao sentido comum. Na verdade, as três filosofias mal se distinguem umas das outras, e os sistemas sociais de que são base não se distinguem de modo algum. (op. cit.).

³ A falta de leis escritas é, ainda, empecilho para a produção do conhecimento histórico, visto que um código compilado poderia ser usado como importante fonte documental.

O isolamento também se manifesta, obviamente, no terreno político, por toda a incapacidade de atuação imanente ao regime totalitário. Sobretudo, porém, interessa-nos na comparação com a obra de Orwell o isolamento na esfera social, nas palavras de Arendt chamado *solidão*, a “experiência de não se pertencer ao mundo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter” (1989, p. 527). A estratégia para tornar o indivíduo solitário é destruir completamente as relações afetivas interpessoais. Sem alternativa, resta ao sujeito dedicar-se às atividades oficiais do governo. A consequência é a lealdade total, base psicológica do domínio total:

Não se pode esperar essa lealdade a não ser de seres humanos completamente isolados que, desprovidos de outros laços sociais — de família, amizade, camaradagem — só adquirem o sentido de terem lugar neste mundo quando participam de um movimento, pertencem ao partido. (op. cit., p. 373).

Ressalto a semelhança do trecho acima com esta passagem do romance de Orwell:

Supunha-se que quando não estivesse trabalhando, comendo ou dormindo, devia participar de alguma recreação comunal; era sempre ligeiramente perigoso fazer qualquer coisa que sugerisse o gosto pela solidão, mesmo que fosse apenas passear sozinho. Em Novilíngua havia uma palavra para isso: *proprívada* [...] (ORWELL, 1984, p. 80).

Em “1984” Winston classifica seu próprio tempo como a “era da solidão” (op. cit., p. 30). No país “o casamento e o cuidado da família eram incompatíveis com a devoção de vinte e quatro horas ao dever” (op. cit., p. 47). São fartos os exemplos de relações que deveriam ser conduzidas por coisas como amor – ou, ao menos, pelo interesse pessoal – mas que são operacionalizadas conforme os dogmas da *Ingsoc*. É o caso do sexo.

O objetivo dos governantes ao incentivar agrupamentos como a Liga Juvenil Anti-Sexo – da qual fazia parte, como um disfarce, a namorada de Smith – era roubar todo o prazer da cópula, tornando sua prática uma inevitável e desagradável etapa na concepção de novos membros para o Partido (já haviam até pesquisas sendo desenvolvidas para criar formas de gestação que dispensassem o contato humano). Winston e sua esposa Katharine faziam um coito mecânico, motivo pelo qual o sexo com Júlia, cheio de desejo, era “um golpe desferido

no Partido. Era um ato político”⁴ (ORWELL, 1984, p. 119). Em dada conversa, a garota explica ao protagonista a lógica por trás da opressão sobre o instinto sexual. Diz:

- Quando amas, gastas energia; depois, ficas contente, satisfeito, e não te importas com coisa alguma. Eles não gostam que te sintas assim. Querem que estoures de energia o tempo todo. Todo esse negócio de marchar para cima e para baixo, dar vivas, agitar bandeirolas, é sexo que azedou. Se estás contente contigo mesmo, por que havias de admirar o Grande Irmão, os Planos Trienais e os Dois Minutos de Ódio e todo o resto da maldita burrice? (op. cit., p. 126).

A combinação do engarrafamento de um poderoso instinto com a destruição dos laços afetivos familiares e sociais cria uma comunidade de fanáticos e paranoicos, prontos a seguir cegamente as regras que lhe são impostas. Essa devoção associa-se com o medo – fruto da ciência de que nem mesmo a perfeita ortodoxia garante segurança – resultando em seres traiçoeiros, em constante vigília uns sobre os outros, buscando algo que possam delatar: por um lado, pelo anseio de evitar que as atenções da Polícia do Pensamento caiam sobre si; por outro, por honesta vontade de agradar ao Partido. Cônjuges, vizinhos, colegas de trabalho, ninguém merece confiança. Na situação extrema, até os pais passam a ter medo dos filhos.

2.2.2 O *Panóptico* e a vigilância

A espionagem efetuada pelos próprios camaradas, todavia, não é suficiente para criar uma atmosfera de terror com a intensidade que pede o totalitarismo. Para isso, é necessária uma vigilância institucional, implacável e contínua. Na Oceania, descreve Orwell, cartazes em tamanho gigantesco espalhados por todos os lugares mostram o rosto do líder, enorme, em “uma dessas figuras cujos olhos seguem a gente por toda parte. O GRANDE IRMÃO ZELA POR TI, dizia a legenda” (1984, p. 7). Podemos dizer que zela tem ali, em verdade, o sentido de “espreita”⁵.

⁴ Todavia, é importante atentar que, se para Winston o ato sexual com lascívia tinha conotação política, para a amante era a simples satisfação de sua vontade física.

⁵ A edição de “1984” que utilizo escolheu a palavra “zela”, mas o texto no idioma original inglês “*Big Brother is Watching You*” pode sem dificuldade ser traduzido como “O Grande Irmão está Olhando Você” ou “O Grande Irmão está Observando Você”, opções que representam melhor o sentido de que todas as atitudes do cidadão estão sendo monitoradas.

O outdoor, no entanto, tem valor meramente simbólico. O instrumento de vigilância mais importante de “1984” – provavelmente das ideias mais conhecidas do romance – chama-se *teletela*. Trata-se de uma fabulosa tecnologia semelhante a uma televisão, obrigatória para todos os membros do Partido (os proles não precisam ter uma). Funciona de modo ininterrupto, veiculando notícias, hinos, informes, chamados e todo tipo de ordem oficial. Seu volume pode ser reduzido, mas nunca pode ser desligada⁶.

O que seria mero incômodo para os momentos de sossego, contudo, torna-se uma perigosa ameaça à vida pelo fato de que as *teletelas* conseguem transmitir e receber simultaneamente. Assim, o sujeito encontra-se em permanente monitoramento, sendo visto e ouvido, esteja acordado ou dormindo, sempre vulnerável a julgamento por suas mais irrelevantes atitudes:

A menor coisa poderia denunciá-lo. Um tique nervoso, um olhar inconsciente de ansiedade, o hábito de falar sozinho – tudo que sugerisse anormalidade, ou algo de oculto. De qualquer forma, uma expressão facial imprópria (ar de incredulidade quando anunciavam uma vitória, por exemplo) era em si uma infração punível. Em Novilíngua havia até uma palavra para caracterizá-la: chamava-se *facecrime*. (ORWELL, 1984, p. 61).

Do método de monitoramento da *teletela* de Orwell traço um paralelo com a ideia do *Panóptico* de Bentham, descrito por Foucault (2013). Trata-se de uma construção formada por um anel inferior dividido em celas, com uma torre central totalmente ladeada por janelas. O vigia localizado na torre consegue visualizar os presos continuamente. Todavia, pelo efeito da contraluz, o cativo não consegue saber se está sendo observado ou não. Vejamos a similitude com o princípio de ação da *teletela*, explicado por Orwell:

Naturalmente, não havia jeito de determinar se, num dado momento, o cidadão estava sendo vigiado ou não. Impossível saber com que frequência, ou que periodicidade, a Polícia do Pensamento ligava para a casa deste ou daquele indivíduo. Era concebível, mesmo, que observasse todo mundo ao mesmo tempo. A realidade é que podia ligar determinada linha no momento que desejasse. Tinha-se que viver – e vivia-se por hábito transformado em instinto – na suposição de que

⁶ Em realidade, há no enredo um momento no qual O’Brien desliga a *teletela* de sua residência, afirmando a Winston tratar-se de um privilégio dos membros do Partido Interno. Todavia, como aquele vem a se revelar um traidor, não podemos saber se a informação é verdadeira ou se somente um embuste para seduzir Smith e deixá-lo confortável, fazendo-o expor seus pensamentos heréticos.

cada som era ouvido e cada movimento examinado, salvo quando feito no escuro. (ORWELL, 1984, p. 8).

A *teletela* é a torre do *Panóptico*, ambas têm a mesma função. Nos dois casos a vigilância é ininterrupta (ao menos em potencialidade) e incerta. Ininterrupta em potencialidade porque o alvo pode ou não estar sendo vigiado; incerta porque ele jamais tem como saber se o está. O resultado é que a fiscalização se torna “permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação” (FOUCAULT, 2013, p. 191). Na dúvida sobre estar ou não sob os olhares do inspetor o possível monitorado exerce a autovigilância, em última instância podendo até tornar a vigilância real dispensável.

Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição. (op. cit., p. 192).

O *Panóptico* é ainda uma alegoria da solidão comentada anteriormente. Separar em celas, diz Foucault, permite criar uma coleção de individualidades sem contato entre si e, portanto, sem capacidade de influenciarem-se mutuamente. Cada um é sempre “objeto de uma informação, nunca sujeito numa comunicação” (2013, p. 190). A possibilidade de tratar cada cativo de forma singular também faz, percebe o autor, com que o *Panóptico* sirva como “espécie de laboratório de poder” (op. cit., p. 194), no qual variantes do que quer que seja – treinamentos, comportamentos, castigos – podem ser testadas separadamente, escolhendo-se depois os resultados mais satisfatórios.

Tudo o que foi dito vale também para nossa *teletela*. Isolados em sua solidão e perpetuamente sob a ameaça da vigília, Winston e seus compatriotas tornam-se marionetes do Partido que pode – para pinçar um exemplo de Foucault bastante parecido com um trecho de Orwell – “fazer alguns acreditarem que dois e dois não são quatro e que a lua é um queijo” (FOUCAULT, 2013, p. 193), tal qual O’Brien torturando Winston para que enxergasse cinco dedos quando na verdade lhe eram mostrados somente quatro.

2.3 A IDEOLOGIA

Já sabemos que, de acordo com Arendt, a lógica do pensamento ideológico é a outra perna que sustenta, ao lado do terror, o regime totalitário. A pesquisadora considera as ideologias um fenômeno recente, cujas potencialidades “não foram descobertas antes de Hitler e de Stálin” (ARENDR, 1989, p. 520). Logo, sua ascensão coincide com a dos regimes totalitários. Conforme a autora, a “ideologia é bem literalmente o que o seu nome indica: é a lógica de uma ideia” (op. cit., p. 521), sendo que essa ideia é aplicada à História e considerada sempre suficiente para explicar totalmente o passado, o presente e até mesmo fazer pretensas previsões seguras do futuro.

No caso de “1984” a ideologia dominante atende, como visto, pelo nome de *Ingsoc*, forma em *Novilíngua* para “Socialismo Inglês”. A existência do socialismo na expressão não é sem motivo, e o sistema de governo da Oceania guarda muitas das características dessa doutrina, tais qual a abolição da propriedade privada e o coletivismo. O foco, contudo, será nas considerações sobre a *Ingsoc* enquanto motivadora de um comportamento abnegado em seus seguidores, capazes de renunciar à sua individualidade e até morrer em nome do regime. Tornam-se, segundo Arendt, membros fanatizados “inatingíveis pela experiência e pelo argumento; a identificação com o movimento e o conformismo total parecem ter destruído a própria capacidade de sentir, mesmo que seja algo tão extremo como a tortura ou o medo da morte” (1989, p. 358). A autora chega a se surpreender:

É compreensível que as convicções de um nazista ou bolchevista não sejam abaladas por crimes cometidos contra os inimigos do movimento; mas o fato espantoso é que ele não vacila quando o monstro começa a devorar os próprios filhos, nem mesmo quando ele próprio se torna vítima da pressão, quando é incriminado e condenado, quando é expulso do partido e enviado para um campo de concentração ou de trabalhos forçados. Pelo contrário: para o assombro de todo o mundo civilizado, estará até disposto a colaborar com a própria condenação e tramar a própria sentença de morte, contanto que o seu *status* como membro do movimento permaneça intacto. (op. cit., p. 357).

Em “1984”, por exemplo, quando um camarada é tomado por desertor, ser acusado de um crime e confessá-lo são apenas dois momentos de um longo rito, ao qual se entrega de boa vontade, envolvendo tortura e genuíno arrependimento – ainda que, na maioria das vezes, seja

inocente. Não importa, todas as confissões feitas são verdadeiras: “Nós as tornamos verdadeiras” (ORWELL, 1984, p. 236), explica O’Brien.

A conduta adotada pelo Partido vem ao encontro da análise de Arendt quando sublinha que no totalitarismo pela primeira vez tornou-se impossível o surgimento da condição de mártir. A *Ingsoc* não se contenta com a admissão do delito apenas para se livrar da dor e do sofrimento corporais. Nesse sentido, a *Sala 101* guarda o maior medo do torturado, com o objetivo final de quebrá-lo física e mentalmente. A vítima é convertida à mais perfeita ortodoxia e convencida de sua plena culpa e merecimento do suplício antes de ser morta. Para o súdito do Grande Irmão, evangeliza O’Brien, “não basta obedecê-lo: é preciso amá-lo” (ORWELL, 1984, p. 262).

No ritual de punição o seguidor de um sistema totalitário deve se ajustar “igualmente bem ao papel de carrasco e ao papel de vítima” (ARENDRT, 1989, p. 518). Ao ser escolhido para doar a própria vida no teatro de acusação, condenação e execução promovido pelo governo, aquele que se torna supostamente seu inimigo passa a servi-lo de forma crucial. Assumindo responsabilidade por algo que não fez o fiel transmuta-se na confirmação, no caso de “1984”, de que o Partido estava certo em todos os sentidos, valendo ainda como justificativa para seu modo de agir: sim, existem ameaças internas; por consequência, sim, é preciso seguir combatendo-as.

2.3.1 Ideologia e *duplipensar*

Três são os princípios sagrados da *Ingsoc*: mutabilidade do passado (dogma central da ideologia e catalisador desta pesquisa); *Novilíngua* (veremos no capítulo seguinte); e o *duplipensar*, sobre o qual falarei agora. Trata-se de uma espécie de exercício de controle mental cujo objetivo é alterar a percepção do mundo, em harmonia com a análise de Arendt quando diz que:

[...] o pensamento ideológico emancipa-se da realidade que percebemos com os nossos cinco sentidos e insiste numa realidade “mais verdadeira” que se esconde por trás de todas as coisas perceptíveis, que as domina a partir desse esconderijo e exige um sexto sentido para que possamos percebê-la. O sexto sentido é fornecido pela ideologia, por aquela doutrinação ideológica particular que é ensinada [...] (1989, p. 520).

O *duplipensar* é o “sexto sentido” ensinado pela *Ingsoc*. Ele irá preparar o correligionário para rejeitar a prova sensorial (visual, auditiva, tátil, etc.) em troca daquilo que seus comandantes quiserem, dispondo-se a, tal qual em uma aporia aristotélica, “guardar simultaneamente na cabeça duas crenças contraditórias, e aceitá-las ambas” (ORWELL, 1984, p. 200), ou, para usar um assunto já citado, acreditar que “dois e dois são cinco” (op. cit., p. 78). O método consiste no instrumento basilar daquela convicção do Partido (comentada na introdução deste trabalho) de que não há existência fora da mente humana.

É também, assim proponho, alicerce para a explicação de mais um trecho do lema do governo: Ignorância é Força. Winston, empenhado em livrar-se da tortura e satisfazer seu agressor, compreende que a estupidez “era tão necessária quanto a inteligência, e igualmente difícil de se conquistar” (ORWELL, 1984, p. 259). O *duplipensar* requer uma incrível capacidade de “num momento fazer o uso mais delicado da lógica e, no momento seguinte, ser inconsciente dos mais brutais ilogismos” (op. cit.). A ignorância é força porque somente a idiotice acerca da manipulação que se efetua no tecido do real confere alguma segurança ao indivíduo. Para não restar dúvidas, vejamos o conceito de *crimedeter*:

Crimedeter é a faculdade de deter, de paralisar, como por instinto, no limiar, qualquer pensamento perigoso. Inclui o poder de não perceber analogias, de não conseguir observar erros de lógica, de não compreender os argumentos mais simples e hostis ao *Ingsoc*, e de se aborrecer ou enjoar por qualquer trem de pensamentos que possa tomar rumo herético. *Crimedeter*, em suma, significa **estupidez protetora**. (ORWELL, 1984, p. 198, grifo nosso).

Ainda há no procedimento do *duplipensar* a exigência de habilidoso domínio dos mecanismos de memória, visto que o próprio emprego do *duplipensar* pede *duplipensar*: “usando-se a palavra admite-se que se está mexendo na realidade; é preciso um novo ato de *duplipensar* para apagar essa percepção” (op. cit., p. 201). É necessário que o sujeito, ao mesmo tempo em que sabe estar aplicando um truque na percepção, convença-se de jamais tê-lo feito. O ato de *duplipensar*, uma vez executado, precisa ser completamente esquecido.⁷

⁷ A ginástica mental envolvendo lembrar e esquecer será elemento chave no momento em que, no capítulo três, examinarmos a destruição da memória como fonte histórica.

2.4 O REGIME DE HISTORICIDADE DE “1984”

Antes de finalizar esta contextualização sobre a conjuntura interna da Oceania é valoroso observar “1984” sob a perspectiva do que Hartog (2013) chama *Regime de Historicidade*, o qual consiste, basicamente, na articulação entre os tempos passado, presente e futuro para uma determinada sociedade. Fazendo um brevíssimo sumário, o regime antigo baseava-se na ideia do exemplo a ser seguido, o aprendizado com o passado, *historia magistra vitae* – ou nossa velha conhecida história mestra da vida. No século XVIII o avanço tecnológico e a crença no progresso originaram o regime moderno de historicidade, voltado para o futuro, estruturado na crença teleológica de que o amanhã seria necessariamente melhor do que o hoje.

As grandes guerras, bombas atômicas e as mazelas do século XX, entretanto, levaram, no entendimento do autor, a uma crescente desesperança no futuro, culminando em um novo regime de historicidade, o qual denomina *presentismo*. Sua característica fundamental é o presente fechado sobre si mesmo, sem passado nem futuro, valorizando somente o imediato e produzindo “diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa” (HARTOG, 2013. p. 148). É, assim parece, em um regime do mesmo tipo que vivem os cidadãos da Oceania de Orwell, onde, reforça o próprio romance, só resta o instinto de viver “dia a dia, semana a semana, esticando um presente que não tinha futuro” (ORWELL, 1984, p. 143). A agonia da confusão temporal pode ser sumarizada em outra frase da obra: “Tudo se fundia e confundia num mundo de sombras no qual, por fim, até a data do ano se tornara incerta” (op. cit., p. 42).

Mesmo quando alguma alma resolve desafiar as orientações da *Ingsoc*, em geral o faz sob a perspectiva de “esticar o presente”, sem aspirações futuras. Júlia é o exemplo perfeito desses filhos da revolução, nascidos após o Partido já estar consolidado, burlando suas regras sem deixar de crê-lo realmente eterno e inevitável.

Aos seus olhos, a vida era muito simples. Queria divertir-se; “eles”, isto é, o Partido, não queriam deixá-la; por isso infringia a lei da melhor maneira possível. Parecia achar igualmente natural que “eles” quisessem proibir os prazeres e que os cidadãos buscassem fugir à prisão. Odiava o Partido, e confessava-o em outras tantas palavras cruas, mas não o criticava em geral. Exceto no que tangia à sua vida particular, não lhe interessava a doutrina partidária. [...] Considerava estúpida qualquer revolta organizada contra o Partido; fadada ao insucesso, dizia. O inteligente era desrespeitar a lei e continuar vivendo. Winston indagou de si mesmo, vagamente,

quantos outros, como Júlia, devia haver na nova geração – jovens crescidos no mundo da Revolução, não sabendo nada mais, achando o Partido algo inalterável, como o céu, não se rebelando contra sua autoridade, mas simplesmente fugindo a ela, como um coelho evita o cão. (ORWELL, 1984, p. 124).

O produto dessa imersão infundável no presente é a negação de que o futuro venha a existir. Winston Smith, ao começar seu diário, e já prevendo as terríveis consequências que viriam, questiona-se sobre para quem estaria escrevendo. Conquanto conclua que seria ao “futuro, os que não haviam nascido” (op. cit., p. 12), logo se desanima ao perceber que comunicar-se com o porvir seria ou inútil, ou impossível. Em qualquer caso, o fato é que, se o presente não termina, o futuro nunca chegará.

2.4.1 Poder, liberdade e escravidão

Os motivos para que o mundo de Smith afunde em um regime de historicidade *presentista* também passam pela perda da crença no avanço tecnológico, visceralmente interligada com a questão das relações de poder. Como bem descreve Orwell, não havia mais na Oceania, graças ao aumento na produção obtido pelo uso de máquinas, necessidade real de existirem significativas diferenças de fortuna ou distinções de classes, a igualdade humana havia se tornado tecnicamente possível. Contudo, o “paraíso terreno se desacreditara no momento exato em que se tornara realizável” (ORWELL, 1984, p. 191). Os grupos que chegaram ao governo, a fim de manter a estrutura social desigual, geraram aquele belicismo que elimina o excedente de bens fabricados sem elevar o padrão de vida das classes inferiores⁸.

Quando Hartog (2013) fala da produção do passado e do futuro dos quais o presente precisa, sua análise se aproxima muito do que ocorre em George Orwell, onde o passado é constantemente adulterado por esse mesmo grupo de poderosos para se adequar a suas aspirações. Um dos dogmas da *Ingsoc* resume bem: “Quem controla o passado, controla o futuro; quem controla o presente controla o passado” (ORWELL, 1984, p. 230). Chamo atenção para o modo como as temporalidades se combinam convergindo para o total foco no tempo presente. É dele que parte o controle sobre o passado, o qual, por sua vez, permite gerenciar o futuro. Logo, bastaria dizer que quem controla o presente, controla tudo.

⁸ Relacionado ao trecho do lema “Guerra é Paz”, comentado no começo deste capítulo.

Talvez fosse possível que viéssemos a concluir que uma sociedade cuja motivação principal consiste na constante alteração do passado é uma sociedade que tem ele como foco, não o presente. É também verdade que qualquer escrita histórica, pensando bem, sempre se dá em função do presente, visto que o historiador parte de seu próprio tempo para examinar o que se passou⁹. Todavia, em “1984” o passado é manipulado em função do presente, com intuito de torná-lo perpétuo, imutável, sendo sua eternidade garantida justamente pela ininterrupta adaptação do anteriormente sucedido. Mais uma vez, é Winston quem nos oferta uma bela síntese: “o processo continua, dia a dia, minuto a minuto. **A história parou.** Nada existe, exceto um presente sem-fim no qual o Partido tem sempre razão” (ORWELL, 1984, p. 146, grifo nosso).

Falsificar o passado e prolongar o presente, diga-se, não é o fim em si, mas o meio utilizado pelos dominadores para atingir o objetivo último, qual seja, sua eterna manutenção na chefia. Confessa O’Brien que o Partido “procura o poder por amor ao poder. Não estamos interessados no bem-estar alheio [...] Nem na riqueza, nem no luxo [...] apenas no poder, poder puro” (op. cit., p. 244). Essa meta é conquistada pelo congelamento da História: impedindo que haja qualquer tipo de mudança a rédea jamais trocará de mãos.

Podemos agora tentar encontrar o sentido da última parte do lema, “Liberdade é Escravidão”. Juntos os seguidores do Partido possuem o poder. Já os seres humanos ditos livres não têm controle sobre nada, nem sobre as próprias vidas, são a grande massa manipulada e enganada, mantida no obscurantismo acerca da realidade e alijada da possibilidade de assumir o comando. Livres, são escravos; unidos no Partido, se tornam donos do poder. O indivíduo morre, mas o Partido – representação máxima do presente sem fim – é imortal.

⁹ Da mesma forma que também o futuro só se projeta da óptica do presente, visto que, como ainda não teve vez, só podemos tentar prevê-lo segundo o conhecimento que já possuímos.

3 A FALSIFICAÇÃO DA FONTE HISTÓRICA EM “1984”

Abro este preâmbulo com uma pergunta: seriam manipular e falsificar a mesma coisa? Embora muitas vezes tomadas como sinônimos, as palavras têm – creio – certo grau de diferenciação. A primeira carrega, dependendo do contexto de seu uso, alguma aura negativa (tal qual manipular uma pesquisa eleitoral). Pode, todavia, ser entendida como mero manuseio, inclusive em sentido denotativo. Falsificar, por outro lado, não deixa dúvidas: consiste em deliberadamente produzir informações que não correspondam à realidade. Ou, indo direto ao ponto, mentir.

Há uma conhecida frase que diz algo como *a estatística é a arte de torturar os números até que eles digam o que se quer*¹⁰. Desnecessário seria, talvez, explicar o significado da sentença. Trata-se de acreditar que, de posse dos mesmos dados, o estatístico possa combiná-los segundo sua vontade, manipulando-os a fim de fornecer interpretações que corroborem ou refutem um determinado ponto de vista conforme seu interesse particular. Isso não é pouca coisa, em qualquer ciência, e se torna ainda mais preocupante quando sugere tamanha subjetividade agindo em uma ciência que deveria ser exata. Falsificar, contudo, está em um patamar muito superior no *ranking* da credibilidade (ou melhor, da falta dela). Para seguir na analogia proposta, falsificar significaria que o estatístico não precisaria mais se preocupar em articular e rearranjar os dados; agora ele poderia fabricar os números, invertendo-os, subvertendo-os e forjando os resultados que quisesse.

Isso é o que ocorre no universo de “1984”. O Partido não se limita a manipular as informações, falsifica-as; não apenas faz o indivíduo perder ou confundir suas memórias, inventa-as. O resultado disso na produção do conhecimento histórico é que, ao colocar em exercício o princípio da *Ingsoc* de “mutabilidade do passado” os seguidores do Grande Irmão acabam por impedir a escrita da História ao invalidar, pela falsificação, os registros que lhe serviriam como fonte. Passo agora a analisar como se dá o processo, concentrando, em separado, a atenção, primeiro nos registros em material físico (impressos, áudios, vídeos e outros) e em seguida na memória (lembança e esquecimento), passando, entre eles, pelo campo da linguagem, o qual, entendo, articula os dois domínios.

¹⁰ Faço somente uso de uma expressão popular, não tenho objetivo de promover qualquer tipo de crítica à ciência estatística.

3.1 O MINISTÉRIO DA VERDADE E A ADULTERAÇÃO DOS REGISTROS

O Ministério da Verdade (*Miniver*) é a instituição fundamental na adulteração das fontes físicas. Ali, Winston Smith e seus colegas trabalham incansavelmente na constante reescrita de todo e qualquer registro. Não somente reescrita, aliás, as alterações incluem fotografias, quadros, canções, datas, estátuas, nomes de ruas, até um complicado esquema envolvendo atores e imitadores de vozes para a substituição de arquivos audiovisuais. Sequer da arquitetura se pode esperar maior lisura. “Dia a dia e quase minuto a minuto o passado era atualizado” (ORWELL, 1984, p. 41), sendo o original destruído e o novo colocado em seu lugar.

A ocupação do protagonista dá-se em um setor específico chamado Departamento de Registro, onde o foco está nos escritos – de livros, revistas e jornais a meros panfletos e cartazes. Utilizando um aparelho denominado *falascreve* os funcionários (sem escrever nada de fato) ditam as modificações exigidas. Winston – que não tem nenhum tipo de certeza acerca dos afazeres dos demais – suspeita que ele e outros empregados trabalhem em opções rivais para um mesmo material, sendo que depois algum “cérebro privilegiado do Partido Interno” escolheria uma versão, retocaria, “daria início aos complicados processos de referência cruzada necessários, e daí a mentira selecionada passaria aos anais permanentes, tornando-se verdade” (op. cit., p. 46).

Confeccionar dados falsos e veiculá-los como fatos não seria tarefa tão complicada, considerando o nível de controle que os partidários possuem sobre a sociedade. A real enrascada para os “camaradas” ocorre devido a seu inconveniente costume de fazer previsões. Como poucas vezes elas se realizam, e sendo o Grande Irmão, em substância, infalível¹¹, torna-se compulsório alterar a relação entre o predito e a ocorrência de modo a garantir que coincidam. Somente por esse viés encontramos alguma lógica em dizer que o *Miniver* ocupa-se da verdade. Trata-se não da verdade “verdadeira”, mas daquela que o Partido precisa, comprometido na missão de que nada venha a arranhar a infalibilidade de seu líder. O trecho a seguir é uma amostra do trabalho empreendido por Smith nesse sentido:

¹¹ Uma das marcas do regime totalitário, como visto no capítulo anterior.

[...] o Times de dezanove de dezembro publicara as previsões oficiais da produção de vários artigos de consumo no quarto trimestre de 1983, correspondente ao sexto trimestre do Novo Plano Trienal. O jornal de hoje continha uma notícia sobre a produção real, pela qual se verificava que as profecias estavam redondamente erradas. O serviço de Winston era retificar as cifras originais, fazendo com que concordassem com as posteriores. (ORWELL, 1984, p. 40).

Novamente aproximo a literatura de Orwell com o totalitarismo em Arendt, uma vez que a autora, referindo-se ao caso soviético, diz que “eram tratados como mentiras todos os fatos que não concordassem, ou pudessem discordar, com a ficção oficial” (1989, p. 346), incluindo aí, ela própria, dados sobre as colheitas. Cabe também notar no trecho de “1984” reproduzido acima o uso do termo “retificar” para designar a falsificação dos registros. O Partido nunca admite ter falsificado. Segundo a doutrina, embora o passado fosse, por princípio, alterável, jamais o fora. Essa é a razão de que nas incumbências repassadas ao Departamento de Registros “a referência era sempre a erros, enganos, equívocos, más interpretações que precisavam ser corrigidos, no interesse da exatidão” (ORWELL, 1984, p. 42), em nenhuma hipótese mencionando adulteração de qualquer espécie.

Logicamente o Partido poderia, já que falsifica os dados, simplesmente divulgar resultados irreais que correspondessem aos seus prognósticos. Até porque, como reconhece Winston, as estatísticas eram “tão fantásticas na versão original como na retificada” (op. cit.). Os motivos para tomar o caminho da falsificação posterior, e não o mais simples, não ficam claros na leitura do romance. Podemos apenas presumir que o ato de alterar os registros está envolvido em um intrincado procedimento voltado a amplificar a confusão mental que torna os habitantes da Oceania mais vulneráveis ao tipo de regime que se impõe.

3.1.1 Ficção e narrativa na escrita histórica

O *Miniver*, como verificamos, altera não somente registros escritos, mas toda sorte de possíveis fontes históricas, como quadros, vídeos e esculturas. Além da informação (veraz ou falsa), o mesmo prédio processa, ainda, a instrução e o entretenimento, incluindo “divertimentos proletários em geral” (ORWELL, 1984, p. 44), tais qual música, teatro e literatura, usados na alienação das massas de proles. Nesses locais:

[...] eram produzidos jornalecos ordinários que continham pouca coisa mais que notícias de esporte, polícia e astrologia, sensacionais noveletas de cinco centavos, filmes transbordando de sexo, e canções sentimentais compostas inteiramente por meios mecânicos numa espécie de caleidoscópio especial denominado versificador. Havia até uma subseção inteira – a *Pornosec*, como a chamavam em *Novilíngua* – dedicada à produção da pornografia mais reles, embalada em envelopes fechados, e que nenhum membro do Partido, além dos que nela trabalhavam, tinha licença de ver. (ORWELL, 1984, p. 44).

É curioso que os profissionais do Departamento de Ficção não precisam ser criativos, lhes basta serem técnicos, visto que a arte é produzida de forma automática – por exemplo, pelo recém-citado *versificador* ou pelas *máquinas de novelizar* (equipamentos que geram literatura). A criatividade humana fica reservada justamente para onde, teoricamente, deveria reinar a objetividade – o Departamento de Registro, que opera com as fontes históricas do país. Situações que jamais ocorreram e pessoas que nunca existiram são habilmente criadas e alçadas à condição histórica pelo empenho dos operários da seção, incluindo Winston, o qual, embora sendo um crítico do Partido, não se preocupava por “ser uma cínica mentira cada palavra que murmurava no falascreve” (ORWELL, 1984, p. 172) e ansiava, assim como seus colegas de trabalho, “realizar uma falsificação perfeita” (op. cit.).

Nosso protagonista, diga-se, é bom no que faz. O narrador onisciente de “1984” chega a dizer que o “trabalho era o maior prazer da vida de Winston” (ORWELL, 1984, p. 44)¹². Em oposição à normalmente aborrecida rotina da labuta ele, às vezes, deparava-se com manipulações difíceis como problemas de matemática, “falsificações delicadas, sem coisa alguma para servir de orientação, além do conhecimento dos princípios do Ingsoc e um cálculo do que o Partido desejava fosse dito” (op. cit.). Nessas empreitadas Smith destacava-se, e ficava feliz em produzir a fraude – sobretudo quando era sua a versão escolhida dentre as demais.

É emblemática aqui a criação do *camarada Ogilvy*. Encarregado de alterar um artigo que envolvia a condecoração de uma *impessoa* (ou seja, em *Novilíngua*, alguém que o Partido passara a considerar inimigo, e deveria, portanto, tornar-se inexistente nos arquivos) Winston opta – sem que receba, é importante frisar, qualquer ordem para tanto – por trocar todo o conteúdo original por um genuíno conto literário inventado por ele próprio, tratando de

¹² O que corrobora a interpretação de Arendt quando aponta que no regime totalitário a solidão faz com que a única coisa que sobreviva seja “o mero esforço do trabalho, que é o esforço de se manter vivo” (1989, p. 527).

Ogilvy, soldado raso recém-falecido em combate e cuja morte e dedicação seriam exemplos a serem seguidos. Tudo, claro, pura ficção, fruto de sua criatividade:

O Camarada Ogilvy, inexistente uma hora atrás, era agora um fato. Pareceu-lhe curioso ter a faculdade de criar homens mortos, mas não vivos. O Camarada Ogilvy, que jamais existira no presente, agora existia no passado, e existia com a mesma autenticidade, e as mesmas provas, que Carlos Magno ou Júlio César. (ORWELL, 1984, p. 48).

No excerto acima aparece a palavra “prova”, conceito interessante para se refletir em um contexto que entrelaça escrita histórica e o romance de Orwell. Notemos que boa parte da trama ocorre justamente porque o protagonista depara-se, brevemente, com algo que seria a **prova** das falsificações cometidas pelo Partido. “Meia página arrancada do Times” trazia uma foto de três sujeitos executados por traição (Jones, Aaronson e Rutherford), irrefutavelmente comprovando que eles não haviam, na data do suposto crime, estado em solo inimigo como afirmava o governo – sendo que os próprios, em julgamento, teriam feito, conclui-se, confissões falsas. Sobre esse pequeno fragmento, Winston explica à namorada:

Eu sei, naturalmente, que o passado é falsificado, mas jamais me seria possível prová-lo, mesmo sendo eu o autor da falsificação. Depois de feito o serviço, não sobram provas [...] Apenas naquele caso, em minha vida toda, possuí prova real, concreta, depois do acontecimento... anos depois. (ORWELL, 1984, p. 146, grifo do autor).

O mais intrigante é perceber o quanto Smith deposita de confiança, sendo ele próprio um falsificador, nessa possível evidência que passou ante seus olhos apenas por um instante. Que motivo tem ele, além do simples desejo, para crer mais na veracidade daquele recorte do que de na qualquer outro? Não poderia o Partido ter também forjado a foto que ele acreditava autêntica?¹³ Afinal, na Oceania a História era como um “palimpsesto, raspado e reescrito tantas vezes quantas fosse necessário” (ORWELL, 1984, p. 41), sendo que uma vez concluída a operação não se poderia constatar nenhuma fraude.

¹³ Para reforçar essa tese, percebamos, Orwell explica que o procedimento de falsificação incluía destruir os registros modificados, preservando somente a versão final. Porém, durante uma sessão de tortura, O’Brien exhibe a Smith cópia da foto supostamente original que ele um dia tivera em mãos. Logo, ou se tratava de uma nova falsificação feita em cima da fraude anterior, ou o autor mentiu, e o Partido guardava cópias de todas as diversas variantes dos documentos manipulados.

O Ogilvy de “1984” é um exemplo extremo da mistura entre os textos literário e histórico. Todavia, como escrita a História apresenta-se em forma de narrativa, o que por si só já lhe assemelha, ao menos em estrutura, da Literatura. Paul Veyne faz essa aproximação, e chega a descrever a História como “romance verdadeiro” que tem “o homem como ator” (1971, p. 10). Tal qual o romance, lembra o autor, ela não faz reviver o passado, sua narração “coloca-se para além de todos os documentos, visto que nenhum deles pode ser o acontecimento” (op. cit., p. 15) em si. Resulta daí que se aquilo que a História narra está além dos documentos que lhe servem de alicerce, podemos então incluir dentre as problemáticas da História como narrativa o uso da ficção para preencher lacunas deixadas pelas fontes – e então a atividade inventiva de Winston, embora ainda exagerada, não se tornaria mais tão excêntrica.

Contudo, não devemos pela constatação do elemento ficcional no relato histórico nos deixar tomar por um julgamento excessivo que o invalide. Mesmo Veyne, um crítico da compreensão da História enquanto ciência, reconhece que a narrativa histórica se diferencia das demais, justamente pela conjunção entre foco na humanidade e fatos reais. Caso tudo fosse obra da imaginação, deveria ser chamado por outro nome: estória.

3.1.2 A subjetividade do documento-monumento

Lidando com as fontes (inclusive com a eventual carência delas), o narrador/historiador apropria-se dos fatos reais para contar segundo seu ponto de vista. Diferentes historiadores “têm a liberdade de operar cortes na história à sua maneira” (VEYNE, 1971, p. 31), frente a um mesmo passado poderão de modo distinto dividir períodos, selecionar documentos ou escolher vieses de análise, resultando em narrativas díspares ou mesmo conflitantes – o que, naturalmente, carrega a História com uma alta carga de subjetividade.

À subjetividade do historiador soma-se a subjetividade da fonte em si. Devemos, para prosseguir, observar as reflexões de Le Goff (2000) sobre as duas formas principais dos materiais da memória¹⁴: os documentos e os monumentos. De início, a análise promove um

¹⁴ Le Goff toma a História por “forma científica” da memória coletiva (2000, p. 103). Logo, os materiais da memória podem ser entendidos como materiais da História. Nesse particular, seguirei caminho razoavelmente

aparente embate, destacando a historicamente construída suposta superioridade dos primeiros, alçados pela escola positivista a fundamento do fato histórico, apresentando-se a si mesmos como prova objetiva, em oposição ao modo intencional sob o qual o monumento era deixado como herança. Não obstante, logo o autor passa a aproximar os dois materiais, percebendo com maestria que não existe documento inócuo, ele não é “uma mercadoria invendida do passado” (LE GOFF, 2000, p. 112), e sim produto de sua sociedade, fabricado segundo as relações de força então vigentes.

Sendo assim, podemos identificar um duplo grau de intencionalidade no documento: quando de sua criação, tinha um propósito imediato dentro do contexto no qual se inseria; como vestígio, é resultado do “esforço realizado pelas sociedades históricas para impor ao futuro [...] determinada imagem de si próprias” (op. cit., p. 114). Depreende-se então que o documento é também monumento, no sentido de que ambos são escolhas do passado para o porvir.

Novamente no universo de “1984” temos a exacerbação da teoria, visto que na sociedade da Oceania **todo** documento é meticulosamente selecionado para virar monumento. Por essa razão qualquer narrativa não oficial – tal qual o diário iniciado por Winston – não é permitida. Apenas podem permanecer, podem se “monumentalizar”, por assim dizer, os escritos devidamente adequados ao propósito do Partido. O papel, conta Orwell, é “propriedade comprometedora” (1984, p. 11), sendo que qualquer fragmento encontrado deve ser imediatamente destruído, jogado em um dos milhares de *buracos da memória*¹⁵, aberturas que o transportarão até caldeiras onde será incinerado.

Tem o historiador, de acordo com Le Goff, a importante obrigação de “não passar por ingênuo” (2000, p. 114), na medida em que o documento-monumento, enquanto seleção, nunca é verdade. “Todo o documento é mentira” (op. cit.), sublinha o autor. Paradoxalmente, o mesmo historiador responsável por não se deixar iludir, é o principal encarregado por efetuar o recorte. O documento, além de ser fruto da sociedade que o produziu, resulta ainda “das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais

oposto, colocando não a História como manifestação de um tipo de memória, mas incluindo a memória como uma das matrizes, embora intangível, do conhecimento histórico – matriz sobre a qual falarei especificamente, na sequência deste capítulo.

¹⁵ Um estranho nome para um local onde qualquer registro é depositado para ser eliminado. Melhor seria chamar-lhes “buracos do esquecimento”.

continuou a ser manipulado, também pelo silêncio” (LE GOFF, 2000, p. 114). Ou seja, não somente ao preferi-lo, mas ao preteri-lo, os historiadores de determinado período decidem o que dentre os documentos (entendidos como a totalidade do conjunto disponível) irá se tornar monumento (ou seja, deverá permanecer).

Apenas a crítica do documento enquanto monumento pode validar seu uso científico. O monumento é, diz Le Goff, “em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem” (2000, p. 114); sendo assim, é preciso interpretar o documento-monumento da mesma forma, “demolir esta montagem” (op. cit.) e analisar suas condições de produção. O documento-monumento é como espécie de testamento, algo que, em um intrincado jogo cronológico, as sociedades, partindo do hoje, deixam para o amanhã com intenção de criar-lhes um ontem. Ao historiador cabe investigar, dentro das limitações impostas pelo tempo, quanto do passado promulgado é de fato o passado que existiu.

3.2 NOVILÍNGUA E AS TRADUÇÕES IMPOSSÍVEIS

Entraremos agora no campo da linguagem, abordando a *Novilíngua*, o idioma criado pelo Partido em oposição ao tradicional – o qual é chamado, na nova língua, *Anticlíngua*. Dedico ao tema um subcapítulo em separado, não o inserindo nem no anterior (registros físicos) e nem no próximo (memória) justamente porque, podemos assim entender, a linguagem se situa no meio de ambos, fazendo a articulação entre a produção de documentos e os processos mentais.

O objetivo primário da *Novilíngua* é simplificar ao máximo a linguagem. Embora novos termos sejam criados – como nossos já conhecidos *duplipensar*, *ideocriminoso* e a própria *Novilíngua* – seu intuito real é reduzir a oferta de palavras, manejando com radicais, sufixos e prefixos de forma a eliminar variantes e sentidos. Tomemos, por exemplo, a explicação dada, em conversa com Winston, pelo personagem Syme, filólogo especialista em *Novilíngua*, acerca do processo realizado com “bom”:

– É lindo destruir palavras. Naturalmente, o maior desperdício é nos verbos e adjetivos, mas há centenas de substantivos que podem perfeitamente ser eliminados. Não apenas os sinônimos; os antônimos também. Afinal de contas, que justificação existe para a existência de uma palavra que é apenas o contrário de outra? Cada palavra contém em si o contrário. “Bom”, por exemplo. Se temos a

palavra “bom”, para que precisamos de “mau”? “Imbom” faz o mesmo efeito – e melhor, porque é exatamente oposta, enquanto que “mau” não é. Ou ainda, se queres uma palavra mais forte para dizer “bom”, para que dispas de toda uma série de vagas e inúteis palavras como “excelente” e “esplêndido”, etc. e tal? “Plusbom” corresponde à necessidade, ou “dupliplusbom” se queres algo ainda mais forte. (ORWELL, 1984, p. 52).

Observando passagens da trama percebe-se o quanto o “aperfeiçoamento” da língua e revisão dos dicionários é tarefa constante e frenética. Syme trabalha no Departamento de Pesquisa do *Miniver*, local onde, revela, realiza com um grupo de peritos a compilação da 11ª edição do dicionário da *Novilíngua*. Todavia, no diálogo em que O’Brien convida Smith a sua casa, a justificativa é dar-lhe vista a um exemplar de amostra da 10ª edição, que só seria oficialmente publicada dentro de alguns meses. Ou seja, ainda nem havia sido lançada a 10ª e já se trabalhava na 11ª edição. E no Departamento de Registro, conta o protagonista, ainda usava-se a nona.

3.2.1 Primeira tradução impossível

A *Novilíngua*, como dito, simplifica o vocabulário. Seu objetivo maior, contudo, passa longe de resumir-se a isso. A supressão de sentidos, conforme explica Syme, irá estreitar a gama do pensamento. “Ortodoxia quer dizer não pensar... não precisar pensar” (ORWELL, 1984, p. 53), declara o filólogo. Sem antônimos será impossível discordar ou criticar. A nova linguagem anulará o raciocínio, tornando a *crimidéia* inalcançável por não haver palavras para exprimi-la.

Ao final da edição original de *Nineteen Eighty-Four* (em inglês) há um apêndice intitulado “*The Principles of Newspeak*” (*Os Princípios da Novilíngua*). Escrito pelo próprio George Orwell, o texto é uma espécie de breve estudo sobre a linguagem, o qual simula um linguista (ou historiador?) curvando-se, do futuro, sobre o modo de comunicação criado na Oceania. Ali também é exposta a finalidade do novo idioma:

The purpose of Newspeak was not only to provide a medium of expression for the world-view and mental habits proper to the devotees of Ingsoc, but to make all other modes of thought impossible. It was intended that when Newspeak had been adopted once and for all and Oldspeak forgotten, a heretical thought — that is,

a thought diverging from the principles of Ingsoc — should be literally unthinkable, at least so far as thought is dependent on words¹⁶. (ORWELL, 1949).

O apêndice traz como exemplo a palavra “livre”. Inundada, em *Anticlíngua*, de sentidos que seriam ofensivos aos dogmas da *Ingsoc* – opinião livre, livre sexualmente – em *Novilíngua* seguiria existindo, mas com uma acepção única e restrita, do tipo “este cão está livre de piolhos”. Não seria formulável um pensamento de liberdade em sentido sócio-político. A proposta da nova linguagem, assim sendo, diminuiria as possibilidades cognitivas, atrapalhando com isso os processos que dela dependem – inclusive os mnemônicos. Sem modos de referência mental o indivíduo seria incapaz de recordar. A carência de vocabulário inviabilizaria a transposição em relato daquilo que eventualmente ficasse retido nas lembranças, atingindo obliquamente o valor dessas enquanto fonte histórica. A primeira tradução impossível seria, portanto, em sentido conotativo, a da memória em testemunho.

3.2.2 Segunda tradução impossível

O uso de siglas e encurtamentos para designar órgãos e entidades do Partido é recorrente dentro do romance (como ocorre nos nomes dos Ministérios). Todavia, o quanto essa prática está relacionada ao controle só fica mais explícito na análise constante em “Os Princípios da *Novilíngua*”. A reflexão aproxima as abreviações elaboradas pelo governo do Grande Irmão de algo que era costumeiro nos estados totalitários do século XX:

Examples were such words as NAZI, GESTAPO, COMINTERN, INPRECORR, AGITPROP. In the beginning the practice had been adopted as it were instinctively, but in Newspeak it was used with a conscious purpose. It was perceived that in thus abbreviating a name one narrowed and subtly altered its meaning, by cutting out most of the associations that would otherwise cling to it. The words COMMUNIST INTERNATIONAL, for instance, call up a composite picture of universal human brotherhood, red flags, barricades, Karl Marx, and the Paris Commune. The word COMINTERN, on the other hand, suggests merely a tightly-knit organization and a well-defined body of doctrine. It refers to something almost as easily recognized, and as limited in purpose, as a chair or a table. COMINTERN is a word that can be uttered almost without taking thought, whereas COMMUNIST INTERNATIONAL

¹⁶ O objetivo da *Novilíngua* não foi apenas fornecer um meio de expressão para a visão de mundo e hábitos mentais adequados aos devotos da *Ingsoc*, mas fazer todos os outros modos de pensamento impossíveis. Pretendia-se que quando a *Novilíngua* tivesse sido adotada de uma vez por todas e a *Anticlíngua* esquecida, um pensamento herético – isto é, um pensamento divergente dos princípios da *Ingsoc* – deveria ser literalmente impensável, pelo menos até o ponto em que o pensamento é dependente de palavras. (tradução nossa).

is a phrase over which one is obliged to linger at least momentarily¹⁷. (ORWELL, 1949).

Um traço adicional do totalitarismo para o qual a adoção total da *Novilíngua* trabalharia é aquele isolamento que vimos no capítulo dois. Uma linguagem baseada em um processo de comunicação fragmentado, cujo pensamento está limitado pela carência de vocábulos para manifestá-lo, resultaria em camaradas ainda mais solitários, sem capacidade de articular-se ou mesmo conversar entre si, aptos apenas a compreender as mensagens telegráficas do Partido.

O apêndice de “1984” pincela ainda o outro tipo de isolamento, ao qual chamo isolamento histórico, ou seja, a impossibilidade de, por intermédio do conhecimento histórico, comparar o tempo presente com o que o antecederia¹⁸. Como ressalta o texto, nenhum livro datado de antes de 1960 poderia ser traduzido por inteiro (eis a segunda tradução impossível). Isso porque faltariam termos para dar significado ao que fora dito no idioma antigo. Inclusive no caso de conceitos. Por exemplo, uma passagem da Constituição dos Estados Unidos que fala sobre liberdade, igualdade, direitos e felicidade teria de ser sintetizada em uma única expressão: *crimidéia*! De uma redação herética só se poderia apreender o fato de ser herética. Acima disso, nada se poderia perceber simplesmente porque as palavras necessárias para tanto não existiriam.

Como resultado, um cidadão da Oceania não poderia conhecer o passado, pelo menos não além daquele inventado pelo Partido. Qualquer livro de História, ou recorte de jornal, ou trecho rabiscado do que quer que resistisse à completa aniquilação promovida pelo governo, não poderia ser lido. Ou melhor, ainda que, pelo recurso de juntar letras e formar fonemas,

¹⁷ Exemplos foram palavras como NAZI, GESTAPO, COMINTERN, INPRECORR, AGITPROP. No começo a prática fora adotada como que por instinto, mas em *Novilíngua* utilizou-se com propósito consciente. Percebeu-se que abreviando um termo estreitava-se e alterava-se sutilmente seu significado por cortar a maioria das associações que, de outra forma, se agarravam a ele. A expressão COMUNISTA INTERNACIONAL, por exemplo, remetia à imagem de fraternidade humana universal, bandeiras vermelhas, barricadas, Karl Marx e Comuna de Paris. A palavra COMINTERN, por outro lado, sugere meramente uma organização fortemente unida e um bem definido corpo de doutrinas. Ela refere-se a algo quase tão facilmente reconhecido, e limitado em finalidade, como uma cadeira ou uma mesa. COMINTERN é uma palavra que pode ser pronunciada quase sem necessitar de pensamento, enquanto COMUNISTA INTERNACIONAL é uma frase sobre a qual se é obrigado a refletir, pelo menos momentaneamente. (tradução nossa).

¹⁸ A ideia será retomada quando falarmos a respeito dos usos do esquecimento pelos detentores do poder.

fosse lido, absolutamente não poderia ser entendido. E, logo, seria imprestável para dar ao seu portador qualquer indício de como as coisas foram em outros tempos.

3.2.3 Terceira tradução impossível

A terceira e última tradução impossível ocorre porque a estrada tem duas mãos e, assim como seria impossível transcrever algo da *Anticlíngua* para *Novilíngua*, o contrário também é verdade. Cada nova edição do dicionário, com suas eliminações e supressões, afasta a inteligibilidade para o leitor comum de um conteúdo redigido no idioma do Partido. Examinemos um exemplo: “*times 3.12.83 notícia ordemdia gi dupliplusimbom refs impessoas reescreve compl subsuper prearquivo*” (ORWELL, 1984, p. 40). Trata-se de uma curta ordem recebida por Smith para sua atividade no Ministério da Verdade. O próprio personagem constata que não está grafada exclusivamente em *Novilíngua*. E, mesmo assim, seria impraticável para algum não iniciado compreendê-la.

Estamos incansavelmente sublinhando ao longo desta investigação que as fontes históricas não se resumem aos materiais escritos. Todavia, não se pode subtrair a importância da escrita para o conhecimento histórico – não é sem razão que, na divisão mais clássica e conhecida, ela marca o início da História, tudo que houve antes dela sendo chamado “Pré-História”. Relacionando diretamente a *Novilíngua* ao texto, ela seria mais um obstáculo impedindo um historiógrafo do futuro de compreender o pretérito da Oceania. Além de não poder confiar em nada do que encontrasse em registros com grafia tradicional (visto que, como viemos analisando até aqui, tudo é adulterado e falsificado), caso o projeto de substituição total da linguagem lograsse êxito, o estudioso das fontes produzidas no novo idioma nada poderia dizer – exceto que se tratava de um povo com uma escrita muito peculiar e indecifrável.

Desse modo, a *Novilíngua* concorre também na destruição da fonte histórica na forma de documentos escritos. Não pela sua modificação ou falseamento, mas, dessa vez, por torná-los praticamente inúteis. Não importa se pequenos bilhetes ou longas dissertações, a não ser que desse a sorte de encontrar sua “pedra de roseta” entre *Anticlíngua* e *Novilíngua*, um historiador de uma época vindoura jamais conseguiria decodificar o conteúdo de seus resquícios de passado para construir seu relato.

3.3 DUPLIPENSAR E A MEMÓRIA COMO FONTE HISTÓRICA

Chegamos à última morada de conhecimento histórico que temos a visitar nesta pesquisa. Logo nos primeiros parágrafos deste estudo citei um diálogo entre O'Brien e Winston no qual o protagonista, indagado sobre onde existe o passado, responde que ele está em dois lugares: “nos registros” e “na memória dos homens” (ORWELL, 1984, p. 230). Ao longo do atual capítulo já tratei profundamente dos registros (os quais não se limitam apenas aos escritos, é sempre de valor reforçar); agora, abordarei a instrumentalização da memória pelo Partido do Grande Irmão.

Em “1984” a memória é de fundamental importância para a execução do princípio da *Ingsoc* de “mutabilidade do passado”. A alteração das fontes físicas fabricada no *Miniver* é complicada e meticulosa, mas seria atividade estéril não houvesse um muito mais complexo sistema de manejo mental. Ensina o livro proibido de Goldstein que:

[...] o controle do passado depende, acima de tudo, do treino da memória. Não passa de ato mecânico certificar-se de que todos os registros escritos concordam com a ortodoxia do momento. Mas também é necessário *recordar* que os acontecimentos se deram da maneira desejada. E se for necessário rearranjar as lembranças de cada um, ou alterar os registros escritos, então é necessário *esquecer* que assim se procedeu. (ORWELL, 1984, p. 200, grifo do autor).

Note-se que o malabarismo psíquico exigido dos partidários é feito de forma intencional. Envolve os opostos lembrar e esquecer, cujo gerenciamento é a chave para aquilo que em *Anticlíngua* era chamado “controle da realidade”, e que na Oceania de Winston recebe o nome de *duplipensar*. A análise da técnica nos é obrigatória, uma vez que consiste na base para que a memória possa ser adulterada e falsificada – tornando-se inválida como fonte histórica. Para decifrá-la, precisamos esmiuçar a relação entre o *duplipensar* com o lembrar/esquecer.

Iniciando pela lembrança, recorro a Paul Ricoeur (2007), que a entende, em síntese, como a presença de algo ausente, mas que fora anteriormente encontrado. É nesse sentido que, como processo cognitivo, ela se diferencia fundamentalmente da imaginação. Enquanto ambas lidam com uma ausência, a lembrança tem compromisso em retomar uma experiência

real vivida; a imaginação, ao contrário, dá à luz algo que pode nunca ter estado presente de fato¹⁹.

Na flexão pronominal do “lembrar-se”, o autor evoca os termos gregos *mnêmê* e *anamnêsis* para enfatizar seu duplo caráter, podendo tanto ser “ter uma lembrança” quanto “ir em busca de uma” (RICOEUR, 2007, p. 24). A primeira seria como que espontânea, automática, vindo à mente sem esforço (e sem controle), enquanto a segunda designaria um trabalho ativo de busca. Podemos dizer que o *duplipensar* de Orwell envolve, basicamente, suprimir ao máximo a *mnêmê* e assumir o total controle sobre a *anamnêsis*. Ou seja, impedir completamente lembranças instintivas e obter o pleno comando sobre as que terão autorização de serem resgatadas. Esse é um esforço justificadíssimo na Oceania, onde, assim como ocorre com sentimentos, memórias incontroláveis podem significar punições, tortura e morte.

Quanto ao esquecer, arrisco dizer que seja, talvez, até mais essencial do que a lembrança ao *duplipensar*, visto que, tal qual tangenciamos no capítulo dois, o próprio emprego do *duplipensar* exige *duplipensar*, no sentido de que após deturpar sua percepção do mundo, o indivíduo deve apagar a recordação de tê-lo feito. É o esquecer que garante sucesso nessa empreitada, sendo utilizado em dobro, como explica Orwell:

[...] esquecer tudo quanto fosse necessário esquecer, trazê-lo à memória prontamente no momento preciso, e depois torná-lo a esquecer; e acima de tudo, aplicar o próprio processo ao processo. Essa era a sutileza derradeira: induzir conscientemente a inconsciência, e então, tornar-se inconsciente do ato de hipnose que se acabava de realizar. (1984, p. 36).

Parece-me que no trecho acima o conceito de “esquecimento de reserva” torna-se um aliado. Trata-se, para Ricoeur (2007), de uma espécie de “existência ‘inconsciente’ da lembrança” (p. 427), não completamente apagada, somente tornada temporariamente inacessível, podendo ser posteriormente retomada²⁰. Percebamos que o *duplipensar* demanda “esquecer qualquer fato que se haja tornado inconveniente, e depois, **quando de novo se**

¹⁹ Confundi-las, todavia, não é necessariamente sinal de tentativa de trapaça ou engodo premeditado. Tomar mera imaginação por lembrança legítima pode ser resultado de diversos fatores involuntários – tais quais vivências traumáticas, velhice ou loucura.

²⁰ Ricoeur contrapõe esse tipo de esquecimento, dotado de reversibilidade, ao que chama de “esquecimento por apagamento de rastros”, este sim, permanente.

tornar preciso, arrancá-lo do olvido” (ORWELL, 1984, p. 200, grifo nosso). É a possibilidade de trazer de volta uma lembrança provisoriamente arquivada que torna o esquecimento de reserva tão familiar ao procedimento mental inventado pela *Ingsoc*.

Cabe ainda observar que Smith é, ao que tudo indica, um indivíduo particularmente incapaz de fazer uso com sucesso do esquecimento de reserva. Nos capítulos finais da trama, já descoberto, torturado e subjugado, passa a planejar esconder dentro de seu cérebro a lembrança do ódio que sente por todos, retomando-a apenas instantes antes de ser executado. Dessa forma teriam “destruído seu cérebro antes de recuperá-lo. O pensamento herético ficaria impune [...] Morrer a odiá-los, eis a liberdade” (ORWELL, 1984, p. 261). Todavia, a frase final do romance, ao expor o que o personagem então sentia, estampa o tamanho do fracasso de Winston: “Amava o Grande Irmão” (op. cit., p. 277).

A dualidade lembrar/esquecer conduz ainda a outra polarização encontrada em Ricoeur (2007), entre “direito de esquecer” e “dever de memória” – ambos intimamente ligados, respectivamente, à eliminação ou preservação de algo que venha a servir como matriz histórica. O primeiro trata da necessidade de apagar recordações traumáticas, impedindo o infinito sofrimento. Ele afasta o entendimento do esquecer como disfunção da memória e torna-o como que uma meta, tão desejada quanto o lembrar.

Em oposição, se esquecer é um direito, lembrar é uma obrigação, atendida pelo “dever de memória”. Tem importância então a ideia de “dívida histórica”, relacionada ao compromisso de se fazer justiça àqueles que outrora foram vítimas. O dever é não consigo mesmo, mas com o outro, razão pela qual é proibido obliterar as lembranças do que se passou. O produto dessa dicotomia é um paradoxo. Como bem percebe Ricoeur, dizer “‘você se lembrará’”, também significa dizer ‘você não esquecerá’” (2007, p. 100). Estar-se-ia, assim, violando o direito de esquecer, consistindo o dever de memória, assombrosamente, a um só golpe em justo uso e em abuso de memória.

Entendo que seja o esquecimento de reserva a resolver a questão, garantindo tanto o direito de esquecer quanto possibilitando o dever de lembrar. Ele esconde a memória chocante, tornando-a estéril em machucar seu possuidor, permitindo-lhe com isso seguir em frente. Entretanto, não a apaga, não perdoa; mantém a lembrança latente, mas não perdida,

sempre disponível para ser revisitada²¹ caso seja necessária como instrumento de justiça. E – interessa especialmente nesta pesquisa – ao assegurar que a memória dolorida não seja totalmente eliminada, o esquecimento de reserva concorre na manutenção desse importante meio de saber sobre o passado.

3.3.1 O testemunho e a memória individual

Do amálgama entre lembrar e esquecer, o que for que reste de sabedoria sobre o pretérito só será utilizável para a produção do relato histórico quando a memória for externada – seja de forma escrita ou falada. Não é o caso de provocar uma relação, em qualquer via, de subordinação entre memória e História, mas de perceber como se dá o aproveitamento da primeira na narrativa da segunda. Memórias para sempre guardadas em segredo logicamente não produzirão frutos; logo, a ideia de “testemunho” apresenta-se como fundamental²². De fato, conforme Ricoeur, “o testemunho constitui a estrutura fundamental de transição” (2007, p. 41) entre as duas.

É, sobretudo, no âmbito da memória convertida em testemunho que as atividades do Partido de “1984” têm maior vigor no impedimento do acesso ao passado. O *duplipensar*, bem como toda a bagunça cerebral provocada pelas inúmeras incoerências as quais o sujeito na Oceania é obrigado a aceitar, convergem na total desconfiança quanto ao que contam supostas testemunhas.

Não que, em outro contexto, o testemunho devesse ser tomado como perfeita evocação do passado, como se a lembrança tivesse a propriedade de conservar o fato em si, permitindo que aquilo que mudou voltasse a ser novamente o que fora. Ricoeur (2007) limita a capacidade da memória, base do testemunho, ao dizer que ela tem a **pretensão** de ser fiel ao passado – como se pode notar, enfatizo o uso da palavra “pretensão”. Contudo, em uma época tão mentalmente perturbada quanto o futuro distópico de Orwell, acreditar na memória pode ser particularmente arriscado.

²¹ Ricoeur confere à História o papel de guia nessa revisita, visto que será ela a “corrigir, criticar, e até mesmo desmentir a memória de uma comunidade determinada, quando ela se retrai e se fecha sobre seus sofrimentos próprios a ponto de se tornar cega e surda aos sofrimentos de outras comunidades” (2007, p. 507).

²² Pretendo comentar o testemunho relacionado à memória como fonte de conhecimento histórico sem adentrar em aprofundamentos acerca de História Oral.

Winston tenta utilizar-se das suas reminiscências para remontar o tempo perdido e descobrir o que sucedera. Algumas vezes acreditava poder “colocar o dedo numa mentira definida” (ORWELL, 1984, p. 37), como quando apela à recordação de ter visto aviões ainda na infância para contestar os livros de História – onde se contava que a invenção do aeroplano era recente, e obra do Partido. No entanto, não há garantia que sua memória seja mais confiável do que a de qualquer outro. Mesmo ele, um contestador da fraude mnemônica promovida pela *Ingsoc*, manipula suas lembranças não somente por ordem superior, mas por interesse particular – por exemplo, bloqueando na mente os atos egoístas cometidas contra a mãe e a irmã menor.

O’Brien é categórico ao afirmar que o protagonista é “mentalmente desequilibrado” e sofre de “memória defeituosa”, acusando-o de ser “incapaz de recordar acontecimentos reais” (ORWELL, 1984, p. 228), enquanto pensa lembrar-se de outros que jamais ocorreram. As palavras do carrasco, naturalmente, poderiam ser de pouco valor, mas Smith reconhece, ele mesmo, os limites de sua memória:

Do acontecido antes de 1960, tudo desbotara. Não havia anais a que fazer referência, e portanto até o fio da vida pessoal perdia nitidez. Lembrava-se de momentosos acontecimentos que com toda probabilidade não tinham tido lugar, recordava-se dos pormenores de incidentes sem conseguir recapturá-los a atmosfera, e havia longos períodos em branco, aos quais nada podia atribuir. (op. cit., p. 34).

Ainda assim Winston é, aparentemente, o único em “1984” a recordar certas coisas. Curiosamente, não temos como confirmar, já que os pensamentos dele são, em verdade, os únicos que podemos conhecer no romance. Talvez haja na comunidade da Oceania pessoas que, mesmo tendo a possibilidade de desvelar a manipulação do Partido, não desejem fazê-lo, não necessariamente devido ao *duplipensar*, mas por sincero desinteresse²³. Por mais que os “camaradas” tentem controlá-la, a memória é um fenômeno psíquico particular, não sem razão representada por dois verbos pronominais (lembra-se e esquecer-se). O que fica retido, embora não exclusivamente, também depende grandemente do interesse de quem arquiva recordações do próprio passado.

²³ Como Júlia, que choca o amante porque “a diferença entre verdade e mentira não lhe parecia importante” (ORWELL, 1984, p. 144), motivo pelo qual acaba sendo apontada por ele como rebelde “só da cintura para baixo” (op. cit., p. 146).

O caráter privado da memória não impede, porém, que eventuais lacunas sejam completadas pelos testemunhos de outros. Winston, por exemplo, busca informações fora de si, e em uma passagem interessante do enredo perscruta em um bar as lembranças de um idoso que “já devia ser maduro ao tempo da Revolução” (ORWELL, 1984, p. 84). O resultado, no entanto, decepciona: a “memória do velho não passava de um monturo de pormenores atoa. Poderia interrogá-lo o dia inteiro sem obter nenhum dado genuíno” (op. cit., p. 89), constata Smith.

Talvez seu desapontamento, todavia, não se justifique, pois, como dito, o indivíduo pode escolher qual tema interessa-lhe preservar do esquecimento, não cabendo a outro julgar. Para prosseguirmos o que mais nos importa, contudo, é perceber o que acontece quando as memórias individuais – tanto de Winston quanto do ancião – não logram êxito em fornecer respostas. Desanimado, o protagonista chega a aceitar que “as histórias do Partido talvez fossem verdadeiras: podiam até ser completamente verídicas” (op. cit.). Ou seja, no momento em que as lembranças singulares deixam vazios impreenchíveis, a memória coletiva assume *status* de realidade.

3.3.2 Memória coletiva e relações de poder

A memória é particular, mas é também social. Enquanto memória coletiva, ela interfere fortemente na formação das identidades – tanto individuais quanto grupais – ao fornecer a narrativa que difunde os mitos fundadores e as relações de origem que criarão o sentimento de pertencimento a um conjunto. Contudo, a memória coletiva não é inocente; está atrelada ao interesse dos detentores do poder. Nessa esteira, diz Le Goff:

Apoderar-se da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (2000, p. 12).

O perigo de um grupo operacionalizando a memória coletiva é que ele poderá decidir o que ela irá preservar ou eliminar. Por exemplo, cristalizando na recordação a importância de

seus locais, suas vitórias, acontecimentos e heróis – reais ou inventados – por meio da rememoração em datas e eventos comemorativos. Esse tipo de celebração, amplamente difundido na Oceania *orwelliana*, reforça relatos unilaterais sobre o passado, naturalizando-os como parte integrante do patrimônio e tradição totais de uma comunidade²⁴, fazendo com que questioná-los ou deles duvidar se torne algo impensável.

O resultado é que a classe controladora da memória coletiva constantemente revalida ideologias que justificam as divisões e desigualdades existentes, eternizando a subordinação de uns sob os outros e perpetuando as relações vantajosas para si. Manipular a História é componente fundamental, pois será a responsável por fixar o que é considerado importante e descartar o que não serve. Ela ensinará a versão “canônica” dos fatos, transformando, por sua seleção, a memória que era apenas de um determinado grupo na “memória oficial” de todos.

O abuso da memória coletiva cometido pelos comandantes também se manifesta na forma de abuso do esquecimento. Falei anteriormente da solidão e isolamento que são característicos aos regimes totalitários, e creio que o gerenciamento da memória contribui para que a *Ingsoc* possa impor aos seus devotos aquele tipo ao qual apelidei “isolamento histórico”. Ocorre que, da mesma forma que se evitam comparações ao obstruir o contato com estrangeiros, quando – tanto pela destruição quanto pela falsificação das lembranças – obriga-se a esquecer de como eram os tempos antigos, impede-se qualquer cotejo entre as condições de vida atuais e às precedentes. Reflete Winston sobre sua realidade:

Dali a vinte anos [...] a pergunta simples e momentosa “Antes da Revolução a vida era melhor que agora?” deixaria de ser respondível para todo o sempre. De fato, porém, já era irrespondível, pois alguns dispersos sobreviventes do mundo antigo eram incapazes de comparar uma época com outra. Lembravam-se de um milhão de coisas inúteis [...] mas todos os fatos relevantes já estavam fora do alcance da sua visão. (ORWELL, 1984, p. 90).

A consequência, conforme consta no livro de Goldstein, é que sem parâmetros comparativos as massas não só nunca se revoltarão como “nem ao menos se darão conta de que são oprimidas” (ORWELL, 1984, p. 194). Novamente reproduzindo as angústias do protagonista, ele se pergunta como seria “possível dizer onde acabava a verdade e começava a

²⁴ Retomar os feitos ancestrais em festas ou no culto a fragmentos do passado serve, ademais, para recordar o que não pode ser esquecido, estando assim relacionado também ao dever de memória.

mentira?” (op. cit., p. 72), e admite que, sendo o “protesto mudo nos ossos” (op. cit.) a única prova em contrário ao que dizia o Partido, então poderia “ser verdade que o ser humano comum agora vivesse melhor do que antes da Revolução” (op. cit.). Tal pensamento vem em sintonia com o que foi referido sobre, quando as memórias, individualmente, falham em remontar o passado, o que diz a memória coletiva ser alçado à correspondência com a verdade.

Ainda sobre esquecimento devemos observar aquilo que Orwell chama “vaporização” dos desafetos do Grande Irmão. Na maioria das vezes eles simplesmente desapareciam, “não havia julgamento, nem notícia da prisão” (ORWELL, 1984, p. 22). O mais intrigante, porém, é que não apenas sumiam, eram apagados do tempo, seu nome “removido dos registros, suprimida toda menção dele, negada sua existência anterior, e depois esquecido. Era-se abolido, aniquilado” (op. cit.). O procedimento assemelha-se ao que diz Hannah Arendt, nossa analista do totalitarismo, sobre o “esquecimento sistemático” imposto aos amigos e familiares das vítimas desse regime, aos quais era proibido recordar ou sofrer por suas perdas. Nos campos de concentração, ressalta a autora, diferentemente do que ocorrera até então em todo o mundo ocidental, não se dava ao inimigo abatido o direito de ser lembrado – sequer de se saber se ainda estava vivo. Esses campos “roubaram da morte o significado de desfecho de uma vida realizada” (ARENDDT, 1989, p. 503). A morte anônima do adversário “apenas selava o fato de que ele jamais havia existido” (op. cit.).

Negar a condição histórica, forçar ao esquecimento, é a outra face do domínio da memória coletiva por uma classe. Ao excesso de memórias de um grupo contrapõe-se a insuficiência de memórias de todo o resto. Por um lado, ocorre a deturpação das fontes, sua seleção “viciada” – forçosamente resultando em um relato incompleto e corrompido; por outro lado, quando esse grupo dominante não diz o que deve ser lembrado, mas exige que algo seja esquecido, nega acesso a uma potencial raiz de conhecimento histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta jornada foi possível reconhecer em Winston Smith, a despeito de suas fraquezas e de sua derrota ao final da trama, um utópico dentro da distopia de Orwell. Contra todas as probabilidades, o personagem luta para redigir um diário e deixar algo às gerações futuras – mesmo sabendo que, antes até de iniciá-lo, apenas pensar em fazê-lo já significaria sua morte.

Contudo, as boas intenções do protagonista não desfazem seu fracasso, e o relatório que produzia acaba sendo confiscado – e, certamente, jogado em algum *buraco da memória*. Smith escrevia a uma era vindoura, na qual não haveria mais o Partido, nem *Ingsoc*, nem Grande Irmão. Essa seria a época que deveria se voltar aos resquícios do tempo anterior para escrever sua História. E seria essa mesma época a perceber com mais clareza que a tarefa era irrealizável.

Desde o início esta pesquisa fundamentou-se na hipótese – tomada quase por premissa – de que algumas das políticas de governo adotadas na Oceania resultavam no impedimento da produção histórica. O Partido, sobretudo por obra do Ministério da Verdade e do *duplipensar*, falsifica as fontes, tanto na memória quanto nos registros. O faz com o intuito de alterar o passado conhecido, para que, por um lado, o cidadão de agora fique confuso e temporalmente isolado, sem condições de comparar seu momento com o que viera antes; por outro, para garantir a infalibilidade do líder, adaptando os vestígios que se tem dos fatos às predições feitas, de modo que jamais se possa identificar algum equívoco.

Confirmar a suposição acerca da impossibilidade do conhecimento histórico no contexto imaginado na obra não foi tarefa complicada, bastando visitar passagens do enredo que atestavam a total perda da consciência dos indivíduos sobre sua posição no tempo, afogados em um presente sem fim (e nem começo). Para entender como seria possível um controle dessa magnitude, todavia, fez-se necessário testar o encaixe de “1984” no quadro de características fundamentais de um governo totalitário, atividade a qual resultou na percepção de que o sistema chefiado pelo Grande Irmão representa o que seria a manifestação ideal do totalitarismo, perfeita em refletir as imperfeições de um regime do tipo.

Compreendo que o saber histórico ser revisitado continuamente faz parte da construção do mesmo. O surgimento de novos documentos, novas tecnologias de estudo, novas ideologias, tudo isso influenciou na elaboração de novos entendimentos e, conseqüentemente, de novas narrativas. É normal a reinterpretação das fontes, é normal o texto sobre o passado ser reescrito. O anormal é as fontes em si serem reescritas, como ocorre no mundo de George Orwell, intencionalmente conduzindo a falsos passados. Ou, em situação limite, a passado algum.

A instrumentalização tanto das matrizes físicas quanto da mente atinge não apenas os súditos do Partido em seu momento, mas gera também efeitos se examinada da perspectiva do futuro. A repetida falsificação e adulteração dos objetos da História implica que qualquer coisa dita pelos homens do amanhã acerca da Oceania seria mera ficção, assentada em tantas outras ficções inventadas pelos responsáveis pela manipulação – como o próprio Winston e seu *camarada Ogilvy*.

Depreende-se daí a conclusão sobre o relato histórico ser inalcançável no universo *orwelliano*. Os registros materiais e a memória são, respectivamente, o “o que” e o “quem” fornecem fragmentos do pretérito que servirão para a composição da escrita sobre o que passou. Ao impossibilitar o acesso a eles, a ideologia da *Ingsoc* impede a própria História de ser contada.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Lisboa: Edições 70, 2000. V.2.

ORWELL, George. **1984**. 17. ed. São Paulo: Nacional, 1984.

_____. **Appendix. The Principles of Newspeak**. 1949. Disponível em: <<https://ebooks.adelaide.edu.au/o/orwell/george/o79n/appendix.html> />. Acesso em: 15 de jun. 2016.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1971.